

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

10

JULHO – AGOSTO – SETEMBRO DE 1978

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Seminário de Aveiro

Telef.: 034-22172



Condições de assinatura anual:

Via Normal:

Continente, Ilhas e Espanha ... 100\$00

Outros países ... 150\$00

Via Aérea:

Estrangeiro ... 200\$00

Número avulso ... 25\$00

10

Julho - Agosto - Setembro de 1978

A «Instrução Geral do Missal Romano» (II) — *P. Romano*

Domingo: o dia do Senhor — *L. Ribeiro*

Cânticos para celebrações de defuntos — *M. Luís*

Paulo VI e a Liturgia — *A. Ramos*

Celebração dominical em Angola — *Fernando Cima*

Correio dos Leitores

Composto e impresso na Gráfica de Coimbra

Este número do Boletim mantém-se fiel ao projecto inicial de fazer a apresentação da Instrução Geral do Missal Romano e consequentemente trás uma reflexão sobre o 1.º capítulo.

A inserção de um artigo sobre a teologia do Domingo: o dia do Senhor corresponde ao nosso propósito de colaborar na animação pastoral do Domingo, a que o Episcopado se lançou na sequência do recenseamento da prática dominical no nosso País, efectuado no ano passado. O conteúdo doutrinal que desenvolve, o enquadramento bíblico que apresenta, e o contexto litúrgico em que aparece, tornam-no particularmente oportuno na mentalização das pessoas que vão participar no esforço pastoral e litúrgico em curso. A bibliografia final oferece aos nossos leitores uma indicação útil dos livros e artigos que podem ser consultados para o estudo do Dia do Senhor.

A Celebração Dominical em Angola ilustra a vivência do Domingo em terras de missão e numa zona africana que nos toca muito

de perto, tanto pelos laços históricos que nos unem, como pela língua e costumes que nos distinguem dos outros povos.

Na secção musical, a escolha de cânticos para as celebrações de defuntos procura ir ao encontro de uma necessidade flagrante e contribuir para a celebração litúrgica do dia 2 de Novembro.

A morte recente do Papa Paulo VI, cuja intervenção no campo litúrgico é digna dos maiores louvores e tem uma projecção histórica impossível de avaliar neste momento, vem assinalada neste número com uma súpula dos documentos e alocações que incidem directamente sobre a Liturgia.

O correio dos leitores, iniciado no número anterior, prossegue um diálogo franco e agradável que reputamos do maior interesse e que gostaríamos de continuar no futuro. Assim os nossos leitores nos ajudem...

A «Instrução Geral do Missal Romano» (II)

Reflexões sobre o 1.º capítulo

Na sequência da nota publicada no último número do Boletim, sobre a *Instrução Geral* do Missal, a qual queria servir de introdução a uma leitura, ou releitura, desse documento, apresentamos agora algumas reflexões sobre o cap. I: *Importância e dignidade da celebração eucarística* (nn. 1-6).

O capítulo, muito breve, contém uma síntese doutrinal, posta como base ao desenvolvimento posterior da Instrução. Não é, certamente, um tratado teológico exaustivo sobre a Eucaristia. Pretende apenas apresentar os princípios fundamentais, que estão subjacentes à celebração da Eucaristia e, eventualmente, justificar alguns aspectos do ritual, sobretudo aqueles em que se introduziram alterações. Aliás, nos *Praenotanda*, que antecedem os novos rituais dos sacramentos, o cap. I tem sempre idêntica função.

Esta síntese doutrinal apoia-se quase exclusivamente na Constituição litúrgica *Sacrosanctum Concilium* (SC), que é citada dez vezes nos seis números deste pequeno capítulo. Particularmente denso é o n.º 1, onde cada uma das frases sintetiza a doutrina de muitos artigos da Constituição, que, por sua vez, já assimilara os dados da Tradição e da reflexão teológica acerca da Eucaristia.

Dado que todos os temas enunciados no cap. I serão retomados e desenvolvidos na sequência da Instrução, contentamo-nos nesta nota com apontar as linhas essenciais da exposição, pondo em relevo alguns pontos que parecem mais significativos.

Que é a celebração da Missa?

No princípio do cap. II (nn. 7 e 8) dir-se-á, numa definição descritiva, o que é a Missa. Aqui, o n.º 1 restringe-se ao próprio acto da celebração e procura não só situá-lo na vida da comunidade eclesial, mas também descobrir o seu perfil teológico.

Que é, então, a celebração da Missa? Antes de mais, é uma *acção de Cristo*, não apenas porque Ele instituiu os sacramentos, mas porque, como ensina a SC (por ex., n. 7), Ele está de diversas maneiras presente na Igreja, por meio da qual actua. Esta acção de Cristo dá à celebração todo o seu dinamismo, força e eficácia.

Contudo, o Senhor associou a Igreja à Sua obra e mandou-lhe fazer o que Ele tinha feito. Por isso se afirma que esta celebração é também *acção do Povo de Deus* jerarquicamente organizado.

Nesta segunda asserção, além de se declarar que a celebração da Missa é acção da Igreja, o que é óbvio, explicita-se que se trata do Povo de Deus jerarquicamente organizado. Não é acção exclusiva de tal membro qualificado da Igreja, mas de todo o Povo de Deus, onde cada membro exerce determinados actos, em conformidade com a função que desempenha na comunidade.

Por outras palavras, é preciso contar com o papel insubstituível do sacerdócio ministerial, mas há que contar também com a actuação dos outros ministros e com a da comunidade dos fiéis, que, participando do sacerdócio de Cristo, exercem também uma função sacerdotal, ao darem graças e ao oferecerem o sacrifício.

É *centro da vida cristã* para a Igreja universal e local. Porque a Eucaristia é presença de Cristo Ressuscitado, é natural que para Ela se oriente a comunidade cristã para d'Ela receber a vida: a comunidade, no seu conjunto, e na diversidade das pequenas comunidades, constituídas aqui e além.

Justificando a afirmação de que a Eucaristia é o centro da vida da Igreja, o texto recorda algumas expressões significativas da Constituição litúrgica: ponto culminante da acção com que Deus, em Cristo, santifica o mundo, e, ao mesmo tempo, do culto que os homens, por meio de Cristo, rendem ao Pai (cf. SC, n. 10); presença sempre actual dos mistérios da Redenção, através das celebrações do ano litúrgico (cf. n. 102).

Esta referência ao ciclo anual da Liturgia quer indicar que todas as celebrações evocativas dos mistérios de Cristo, ao longo do ano, se tornam actuais na Eucaristia.

Do que fica exposto, compreende-se a conclusão deste n.º 1: todas as demais acções sagradas e todas as obras da vida cristã estão relacionadas com a celebração da Eucaristia, dela derivam e a ela se ordenam. Isto é, para este ponto de encontro entre Deus e os homens, converge toda a actividade da Igreja, que aí recebe as energias de que necessita para a sua missão.

«Acção de Cristo e acção da Igreja», «Centro da vida da Igreja universal e local». Destas afirmações iniciais, podemos deduzir que tal comunidade, ao celebrar a Eucaristia, está a fazer algo que a transcende. Não somos senhores destas palavras e destes gestos... Ao realizarmos esta acção, temos que agir em conformidade com Cristo e sentirmo-nos ligados à Igreja universal a quem Ele confiou esta missão.

A participação

O n.º 2, na linha do que acaba de ser afirmado, apresenta uma consequência de ordem pastoral. É preciso que a celebração concreta da Eucaristia seja tal, que todos os que nela intervêm, ministros e fiéis, colham os mais abundantes frutos. A condição é que cada um dos intervenientes *participe* nessa acção, segundo a sua condição, a sua capacidade, a sua função na comunidade.

Entra aqui, em cheio, um dos princípios-chave da Constituição litúrgica, a *participação*. O texto não se esquece de citar alguns dos números da SC, onde o tema é tratado:

14: é desejo ardente da Igreja que todos os fiéis cheguem àquela plena, consciente e activa participação...;

19: procurem os pastores de almas fomentar a formação litúrgica e a participação activa dos fiéis...;

26: a acção litúrgica não é acção privada, mas celebração da Igreja...; tal acção pertence a todo o corpo da Igreja, manifesta-o, implica-o, atingindo porém cada um dos membros de modo diverso...;

28: nas celebrações da Liturgia, limite-se cada um, ministro ou fiel, exercendo o seu ofício, a fazer tudo e só o que é de sua competência...;

30: para fomentar a participação activa, cuidem-se as aclamações dos fiéis, as respostas, a salmodia, as antífonas, os cânticos, bem como as acções, gestos e atitudes...

O tema da participação, que muito significativamente marca a exposição doutrinal deste breve capítulo, manifesta bem o parentesco da *Instrução* com a Constituição *Sacrosanctum Concilium*.

O número seguinte, ao falar do modo como as comunidades concretas hão-de actuar, enumerará as várias características da participação, que, de resto, se contêm nos citados artigos da Constituição.

De referir ainda, a síntese com que termina este n.º 2. É a doutrina da Eucaristia, condensada em poucas linhas, a partir do n.º 47 da SC, que trata do Mistério Eucarístico. Participar, hoje, na celebração é entrar na realidade deste mistério: sacrifício eucarístico do Corpo e Sangue do Senhor, entregue por Ele à Igreja, memorial da sua Paixão e Ressurreição.

A participação nas comunidades concretas

O n.º 3, completando o anterior, pensa nas comunidades, tal como são, com as suas peculiaridades, positivas e negativas. A celebração da Eucaristia não é uma entidade abstracta: é realizada, *hic et nunc*, por tal comunidade. Importa que cada assembleia encontre a sua maneira de de celebrar em plenitude. Com mais ou menos recursos, humanos ou materiais, deve chegar à participação *consciente, activa e plena*, em que as pessoas se dão totalmente com a acção externa e com a entrega interior, em ambiente de fé, esperança e caridade.

De notar, a alusão à actividade do corpo e do espírito. A verdadeira e total participação espiritual, que desejamos alcançar, passa através da participação corporal. Nem um pretensso angelismo, nem um activismo meramente exterior. É a pessoa *toda* que entra na celebração.

Com frequência pretende-se justificar a «pobreza» e o carácter estereotipado de muitas celebrações, apelando para as carências da comunidade. Contudo, se houver uma catequização verdadeira acerca da celebração, se as pessoas estiverem convencidas do que é a participação, se captarem que são realmente intervenientes na acção, e não apenas assistentes («assistir à Missa?»), talvez apesar das limitações se ganhe muito em vida e em verdade, nas palavras e nas atitudes.

Para isso, importa evitar os esquemas apriorísticos, impostos indistintamente a todas as assembleias. O que, em si, habitualmente, parece ser o ideal, em certos casos manifesta-se contraproducente. Por ex., uma assembleia de pessoas idosas não seguirá necessariamente o mesmo estilo de participação de uma assembleia de jovens, no tocante aos textos, ao canto, aos modos de expressão corporal, etc.

O final deste número explicita ainda três ideias acerca da participação:
— a Igreja deseja-a, como o declara oficialmente na SC (por ex., 14);

— a própria natureza da celebração a reclama. Este elemento é de grande importância. Isto é, a celebração, em si mesma, será pouco verdadeira e pouco convincente, se os fiéis não participarem, se se contentarem com assistir, limitando a Eucaristia à actuação do sacerdote-ministro, que é essencial, mas que não esgota nem substitui a participação da comunidade sacerdotal, que é verdadeira assembleia-celebrante;

— a participação do povo cristão constitui um *direito* e um *dever*, como claramente afirma a SC, no já citado n.º 14. Não é só questão do dever de «ir à Missa, todos os domingos». Trata-se dum direito dos fiéis, que, participando pelo Baptismo do sacerdócio real de Cristo, são chamados a participar na acção sacerdotal do Senhor.

Prevenindo uma objecção

O n.º 4 vem ressaltar a eficácia e o valor objectivo da celebração eucarística, mesmo quando ela se realiza sem a presença activa e participante dos fiéis, já que a Eucaristia é sempre «acção de Cristo e da Igreja», como afirma o n.º 1.

Compreende-se esta observação, para evitar atitudes excessivas, de quem, por ex., pretendesse fazer depender o valor da celebração da presença dum determinado número de fiéis. Contudo, convém também marcar, como faz o texto, que é pela presença e participação dos fiéis que se manifesta a natureza eclesial da celebração. Isto é, nas circunstâncias normais, celebrar a Eucaristia supõe sempre a presença da comunidade. A celebração estritamente privada e individual será sempre uma excepção.

De notar, que, ao insistir na *natureza eclesial* da celebração, o texto se refere ao n.º 41 da Constituição, onde se diz que «a principal manifestação da Igreja se faz numa participação plena e activa de todo o povo santo de Deus na mesma celebração litúrgica, especialmente na mesma Eucaristia, numa única oração, num só altar, a que preside o Bispo rodeado pelo seu presbitério e pelos seus ministros».

Mais adiante, o cap. III retomará este tema da natureza eclesial da celebração, explicitando os modos como ela se manifesta e realiza.

A linguagem dos sinais

Para que se consiga a participação activa e plena da comunidade na celebração eucarística, o n.º 5 diz-nos que é preciso saber escolher e utilizar os elementos expressivos mais adequados: palavras, gestos, cânticos, etc..

Estamos no campo dos *sinais*. Não podemos atingir ou exprimir as realidades espirituais senão por intermédio das realidades sensíveis. Assim, todas as acções litúrgicas — também a Eucaristia — se realizam por meio de sinais, como o recorda a SC, no n.º 59. Na medida em que que eles sejam, ao mesmo tempo, simples e ricos de significação, tanto mais crescerá a compreensão do acto que se está a realizar. É meio caminho andado para a participação consciente, que trará consigo uma união mais viva e fecunda com o Senhor.

Por outro lado, a celebração expressiva nos seus sinais, participada intensamente pela comunidade, é sinal duma Igreja viva e, consequentemente, da presença de Deus no meio do Seu Povo.

Concretizando o princípio exposto neste artigo, encontram-se, explícitas ou subentendidas, ao longo da Instrução e do Missal, várias opções, nos ritos, nos textos, nos gestos, na disposição do espaço. Seria necessário conhecer bem essa amplitude de escolha, para tirar dela todas as possibilidades. Infelizmente, hábitos adquiridos levam muitas vezes a cristalizar e, daí, à repetição monótona e quase mecânica dos mesmos textos e dos mesmos gestos.

Convém também recordar que escolher equivale a preparar a celebração nos seus vários elementos. A Instrução irá repetindo que os responsáveis — o sacerdote, a equipa litúrgica, os cantores... — devem reunir-se antecipadamente, para prever e organizar a celebração.

As adaptações

Enunciados estes princípios fundamentais, o n.º 6 faz a transição para os capítulos seguintes, indicando a finalidade da Instrução: «traçar as linhas gerais» da celebração eucarística, e «expor as normas» que hão-de orientar as diferentes formas de celebração.

Depois, apoiando-se nas decisões da SC (nn. 37-40), alude à competência das Conferências Episcopais, no que respeita às adaptações a fazer, em conformidade com «as tradições e a índole dos povos, das regiões e das diversas comunidades».

É significativo que, logo no capítulo inicial, se explicita a referência às adaptações. Isto é, as normas que a Instrução apresenta não são definitivas nem exclusivas nos seus pormenores. Ficam por concretizar bastantes pontos, que as Conferências Episcopais hão-de estudar e determinar, para que a celebração seja mais viva, actual e expressiva. Ao longo dos capítulos seguintes, a cada passo se chamará a atenção para os casos em que é pedida essa intervenção.

Expostas as linhas essenciais, a Instrução irá apresentar em pormenor a estrutura da celebração eucarística e as várias formas de a realizar. Todo o documento está imbuído dum grande sentido pedagógico, onde cada norma vai acompanhada da respectiva justificação. Porque não interessa tanto executar um ritual, mas sim celebrar consciente e dignamente uma acção, onde somos associados à acção do próprio Cristo.

P. ROMANO

DOMINGO: o dia do Senhor

Começa hoje a pôr-se em questão, em vários sectores e grupos, uma Igreja de estatísticas, demasiado voltada para a quantidade numérica numa linha de massificação. Desta crítica não estará por certo isento o «Inquérito à prática dominical», iniciativa do Episcopado português. Mas independentemente da sua oportunidade e dos seus resultados e apreciações, eu penso que ele será indicativo de uma constatação: é que não é possível hoje pensar numa pastoral realista sem abordar o problema do domingo.

Dizemos «problema» porque o dia que a antiguidade cristã nos transmitiu como o «dia do Senhor» se situa hoje sobre posições sociais e culturais tão diversas, que a sua «identidade cristã» corre o risco de desaparecer. Esquecendo-se a origem e o significado do próprio nome, o domingo aparece-nos hoje como o dia que vem depois de uma semana de trabalho e que, juntamente com o sábado, perfaz um tempo de repouso conhecido por «fim de semana». É um tempo de evasão, de libertação do trabalho, de prática do desporto, de reuniões políticas e sociais, de excursões e saídas com a família, de encontro com os amigos, e por vezes de festas.

E isto é válido para um campo tão vasto que diz respeito não só à realidade do mundo, no que se distingue da Igreja, como se estende ao interior da própria Igreja, onde o domingo não supera muitas vezes o nível de um «cristianismo social»¹.

Se na mentalidade de alguns cristãos o domingo ainda é considerado como o «dia do Senhor», isso não significa necessariamente identidade de pontos de vista ou de celebrações concretas. Para muitos, «dia do Senhor» significará que o domingo se deve receber como um

¹ Cf. DE SANDRE, *Il giorno del Signore come fatto sociale di contraddizione*, in RivLit 1 (1977) 7-17.

dia sagrado, concedido por Deus; para outros, que este dia se deve tornar sagrado por uma determinada observância: será o dia dedicado ao Senhor pelo cumprimento do «preceito» dominical; para outros ainda, será o dia do Senhor ressuscitado: «guarda-se o domingo porque foi nesse dia que o Senhor ressuscitou».

Todas estas perspectivas e motivações terão as suas riquezas e os seus limites. Penso que vale a pena aprofundar o tema a partir da Bíblia e dos primeiros testemunhos cristãos, não certamente para resolver o problema mas para sugerir alguns elementos de reflexão que ajudem a encontrar o caminho certo para uma pastoral do domingo, a partir da própria significação deste dia.

I. ORIGINALIDADE DO DOMINGO CRISTÃO

Será difícil falar do domingo e promover a propósito um sério trabalho pastoral sem observar como apareceu e como evoluiu até aos nossos dias. Naturalmente os limites de um artigo não permitem apreciar todas as fontes e as várias etapas percorridas. Aliás esse trabalho já foi feito por vários autores². Baseando-nos agora nos resultados dessas investigações, procuraremos traçar um quadro do domingo nos seus elementos fundamentais, como acontecia nas origens e compará-lo com a fisionomia que hoje apresenta, influenciada por elementos que se lhe juntaram e que eram estranhos ao seu conteúdo primitivo.

1. Novidade do domingo

Habitados de há séculos a ver este dia ligado não só ao preceito da assistência à Missa, mas também à obrigação do repouso sagrado, os cristãos poderão ser levados a crer que o domingo seja o natural

² Enviamos o leitor às várias recolhas de textos que se podem encontrar em: H. DUMAINE, *Dimanche*: DACL, T. IV, Paris 1920, col. 858-994; J. GAILLARD, *Dimanche: Dictionnaire de Spiritualité*, T. III, Paris 1957, col. 947-982, actualizado e resumido em LMD 83 (1965) 7-32; W. RORDORF, *Sabbat et Dimanche dans l'Église ancienne*, Neuchâtel 1972; C. MOSNA, *Stória della domenica dalle origini fino agli inizi del V secolo*, Roma 1969; P. JOUNEL, *O domingo e a semana*, em A. M. Martimort, *A Igreja em oração*, Singeverga 1965, pp. 775-793; A. GONZALEZ GALINDO, *Día del Señor y celebración del misterio eucarístico*, Vitoria 1974; CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Instrução pastoral sobre o domingo e sua celebração*, 1978.

herdeiro do sábado hebraico. Quem conhece, porém, a documentação histórica dos primeiros séculos, descobre uma realidade bem diversa.

É certo que a primeira comunidade de Jerusalém aparece ainda ligada a estruturas culturais hebraicas. Pelos Actos dos Apóstolos sabemos que os primeiros cristãos «frequentavam diariamente o templo» (2, 46), ao mesmo tempo que «eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna, à fracção do pão e às orações».

Mas estas reuniões, a fracção do pão concretamente, aparecem como nitidamente distintas do culto que os cristãos frequentavam diariamente no templo, posto que estas aconteciam nas casas. E ainda que não se possa determinar qual a sua frequência ou em que dia tinham lugar, uma coisa é certa: trata-se de reuniões tipicamente cristãs.

É natural que os primeiros discípulos de Jesus conservassem ainda por algum tempo os antigos usos judaicos numa ou noutra comunidade cristã, reunindo-se mesmo para uma celebração especial no dia de sábado. Mas é interessante notar como a Igreja, desde as origens, procurou um marco especificamente cristão, destinando um dia especial para as suas assembleias e entrando mesmo em polémica com a observância do sábado ³.

2. O primeiro dia da semana

O dia em que Deus iniciou a obra da criação é também o dia da nova criação. Foi na manhã do «primeiro dia da semana» ou no «primeiro dia do sábado» (Mt 28, 1; Mc 16, 9; Lc 24, 1; Jo 20, 1) que o Senhor ressuscitou e se manifestou aos seus discípulos. Depois de ter aparecido às santas mulheres, e em seguida a Pedro, «na tarde desse mesmo dia» manifestou-se aos discípulos de Emaús, que O reconheceram na fracção do pão (Lc 24, 35), tornou-se presente no meio dos Apóstolos reunidos, comeu com eles (Lc 24, 41-43) e disse-lhes: «A paz esteja convosco. Assim como o Pai Me enviou, também Eu vos envio... Recebei o Espírito Santo» (Jo 20, 21-22).

A reunião cristã no «primeiro dia» parece ter começado logo na semana seguinte à Ressurreição: «Oito dias depois, estavam os discípulos outra vez reunidos em casa, e Tomé estava com eles. Veio Jesus, estando as portas fechadas e apresentou-se no meio deles...» (Jo 20, 26).

³ Cf. P. VISENTIN, *Domenica: dalla celebrazione pasquale a osservanza legale*, in RivLit 1 (1977) 18-38.

E o livro dos Actos dos Apóstolos sublinha igualmente que se encontravam todos reunidos no mesmo lugar quando chegou o dia de Pentecostes (Act 2, 1).

Podemos pois dizer que a ressurreição de Cristo, a sua manifestação na assembleia dos seus, as refeições do Ressuscitado com os discípulos e o dom do Espírito Santo, constituem o acontecimento central da história da salvação, que marcou para sempre o «primeiro dia da semana»⁴.

A geração apostólica apreendeu facilmente a importância do primeiro dia, ligado à memória do Senhor, morto e ressuscitado. Pela primeira Carta aos Coríntios (16, 2), sabemos que no «primeiro dia da semana» se fazia a colecta para os pobres de Jerusalém. Se tivermos em conta que no século II Justino (Apol. I, 67) refere igualmente uma colecta para os pobres por ocasião da celebração dominical, podemos pensar que ela continua a tradição apostólica e deduzir que já na era apostólica houvesse assembleia litúrgica no «primeiro dia da semana».

Um testemunho que geralmente se aceita como definitivo para demonstrar que na Igreja apostólica o «primeiro dia da semana» era dia da assembleia eucarística é tomado dos Actos 20, 6-11: «Depois dos dias dos Ázimos, embarcámos em Filipos e encontrámo-nos, cinco dias depois, em Tróade, onde passámos sete dias. No primeiro dia da semana, estando nós reunidos para partir o pão, Paulo, que devia partir no dia seguinte, começou a falar com eles e prolongou o seu discurso até à meia-noite... depois partiu o pão, comeu e falou demoradamente até de madrugada. Só então se retirou».

3. Fisionomia pascal do domingo

Embora nalguns aspectos particulares possa haver interpretações ou acentuações diversas entre os historiadores⁵, ninguém pode negar que o domingo cristão nasceu daquele conjunto de factos e tradições que se compendiam na Páscoa.

Tal origem e significado pascal são muito bem sublinhados na Constituição *Sacrosanctum Concilium* do Vaticano II:

«Seguindo a tradição apostólica, que funda as suas raízes no próprio dia da Ressurreição de Cristo, a Igreja celebra o mistério

⁴ Cf. P. JOUNEL, *o. cit.*, p. 776.

⁵ Ver, por exemplo, as obras supracitadas de C. MOSNA e de W. RORDORF.

pascal todos os oito dias, no dia que justamente se denomina do Senhor ou Domingo».

Que a origem mais precisa do domingo se deva colocar no grande acontecimento da Ressurreição ou nas aparições do Ressuscitado na tarde desse mesmo dia e oito dias depois, o que é facto é que a Igreja, afirma ainda o Vaticano II,

«Desde então nunca mais deixou de se reunir em assembleia para celebrar o mistério pascal, lendo o que se refere a Cristo em todas as Escrituras (Lc 24, 27) e celebrando a Eucaristia, na qual se torna presente a vitória e o triunfo da sua morte» (SC 6).

Assim o domingo se tornou «a mais antiga e a primeira de todas as festas e assim deve ser proposto e inculcado no espírito dos fiéis... porque o domingo é o fundamento e o centro de todo o ano litúrgico» (SC 106).

Não é difícil recolher uma série de textos da antiguidade cristã que ligam a celebração do domingo ao grande acontecimento pascal. Apenas dois exemplos: para S. Inácio de Antioquia, o domingo é o «dia em que para nós ressurgiu a vida por Cristo e pela sua morte» (*Ad Magn.* 9, 2); S. Justino refere que a celebração se faz no «dia do sol» (dia que para os pagãos corresponde ao domingo) «porque naquele dia Jesus Cristo nosso Salvador ressuscitou dos mortos» (*Apol.* I, 67).

O domingo é ainda apresentado como o dia da criação e da nova criação, tema retomado muitas vezes na patrística e na liturgia posterior. Basta pensar na grande Vigília Pascal ou no hino do Ofício de Leitura dos Domingos I e III da Liturgia das Horas: «Primo dierum omnium...».

De todos estes textos, e de muitos outros que se poderiam aduzir, ressalta uma nota dominante como característica do domingo: a nota de alegria, de festividade, de esperança cristã. Daí a notável proibição tantas vezes repetida: ao domingo é proibido rezar de joelhos e jejuar (enquanto sinais de penitência). A *Didascalia dos Apóstolos*, documento do século III, chegará mesmo a declarar que «comete pecado quem jejuar ou está triste no dia de domingo» (V, 20, 11).

Convém não esquecer que a celebração do domingo, como celebração da festa pascal, é anterior à comemoração anual da Páscoa cristã e está precisamente na sua origem.

4. A Eucaristia no centro do domingo

Passando em revista os documentos relativos ao domingo, salta logo à vista este facto curioso: no centro da celebração do domingo encontra-se sempre, desde o início, o banquete eucarístico, como momento de encontro com o Senhor ressuscitado e com os irmãos na fé.

Esta constatação põe desde já uma pergunta: porque é que a celebração eucarística (fracção do pão), como repetição da «ceia pascal» de Cristo, veio a ligar-se ao primeiro dia da semana e não, por exemplo, ao dia da semana em que a ceia pascal teve lugar?

Já vimos que a expressão «primeiro dia da semana», ligada à fracção do pão, serve igualmente para determinar o dia da ressurreição de Cristo, que logo desde o princípio recebe uma particular importância. Mas é igualmente justo sublinhar a estreita ligação entre o domingo e a celebração eucarística sob o influxo das aparições de Cristo ressuscitado e das refeições tomadas juntamente com Ele, na tarde de Páscoa e oito dias depois (Lc 24, 13-43; Jo 20, 19-29; 21, 9-14).

É um facto que os discípulos ignoravam ainda a ressurreição de Cristo, quando naquela tarde o próprio Jesus presidiu à «fracção do pão» pela qual os seus olhos se abriram e reconheceram o Senhor (Lc 24, 13-35). Certamente o Senhor estava vivo, ressuscitado, mas eles só se aperceberam disso quando o viram presente «no partir do pão».

O próprio Cristo, ao apresentar-se aos discípulos, insiste em sublinhar a identidade do Ressuscitado que eles vêem presente com o que fora crucificado. Isto mostra que O Senhor ressuscitado é o Cordeiro pascal do Novo Testamento, sempre presente à sua Igreja e tornado «visível» na assembleia eucarística ⁶.

A ressurreição, de facto, faz parte da Páscoa, enquanto ponto culminante da «passagem» salvífica de Cristo. Mas seria incompleto considerar só a ressurreição para qualificar o domingo, sem ter em conta a unidade do Mistério pascal.

A Eucaristia, segundo o preceito do Senhor, é o anúncio intraecclesial e missionário da morte do *Kyrios*, o Senhor ressuscitado para sempre (1 Cor 11, 23-26): e isto agora «todas as vezes que» a Comunidade come o pão do Corpo do Senhor e bebe o cálice do seu Sangue:

«Cada semana, ao domingo, dia do Senhor e do nosso Salvador, nós celebramos a festa da nossa Páscoa, realizando os mistérios

⁶ Cf. S. MARSILI, *Anno Liturgico* (Pro manuscrito), Roma 1972, pp. 23-30; 119-126.

do Cordeiro... Cada domingo somos vivificados pelo sacramento corpo do Cordeiro pascal e assinalados na alma pelo seu precioso sangue» (Eus. de Cesareia, De Solemn. pasch. 7.12).

Juntamente com a presença do Senhor ressuscitado que se dá como «o pão da vida», há um outro elemento indissociável da celebração eucarística: a escuta da palavra de Deus. Enquanto viviam os Apóstolos era o seu vivo testemunho que se fazia ouvir, como no longo discurso de Paulo em Tróade (Act 20, 7-12). Depois da sua morte, lêem-se as «memórias dos Apóstolos e os escritos dos profetas» e o que preside «exorta os presentes à imitação de tão sublimes ensinamentos» (S. Justino, *Apol.* I, 67).

A celebração do domingo não se pode de facto imaginar sem a reunião eucarística onde juntamente se parte o pão da Palavra e da mesa eucarística. Entre tantos testemunhos da antiguidade, é suficiente recordar o testemunho dos mártires de Abitena, conhecidos como os mártires do domingo, ou a advertência da *Didascália*:

«Que desculpa apresentará a Deus aquele que, antepondo os seus interesses particulares, não acorre no domingo à assembleia para escutar a Palavra que salva e nutrir-se do alimento divino que permanece para a eternidade»? (II, 59,3).

O triunfo da vida sobre a morte e a reunião da comunidade cristã dão ao domingo a sua alegria particular, o seu carácter festivo. É esta atmosfera que se vive nas primeiras comunidades cristãs e se concentra na invocação da assembleia: «Vem, Senhor Jesus!». É ela ainda que faz exclamar S. Agostinho:

«Que alegria, meus irmãos, que alegria na nossa reunião, que alegria nos salmos e hinos, que alegria na memória da Paixão e Ressurreição de Cristo, que alegria na esperança que há-de vir! Se o que esperamos nos dá tão grande alegria, que será quando o tivermos?!» (Serm. Guelf. 8,2).

⁷ *Actas dos mártires*, cap. XI, in *Bibliographia hagiographica latina*, n. 7492.

II. O «DIA DO SENHOR»

Até aqui vimos que a celebração eucarística da Páscoa se ligou ao «primeiro dia da semana», segundo a maneira judaica de contar. Mas ainda na época apostólica, este dia virá a assumir uma designação própria: «dia do Senhor», ou melhor, «dia senhorial»:

«E fui arrebatado em espírito, no *dia do Senhor*, e ouvi atrás de mim uma grande voz...» (*Apoc* 1, 10).

Mais ou menos da época do Apocalipse é a *Didaqué*, livro da Igreja primitiva, que nos diz como se há-de celebrar, cada semana, a Páscoa do Senhor:

«Reunindo-vos no *dia do Senhor*, parti o pão e dai graças, depois de haverdes confessado os vossos pecados, para que o vosso sacrifício seja puro...» (*Did.* 14).

Para S. Inácio de Antioquia, o domingo impõe-se de tal maneira que «celebrar o domingo» era sinal distintivo dos cristãos, do mesmo modo que «celebrar o sábado» era distintivo dos hebreus:

«Os que viviam segundo a antiga ordem das coisas chegaram à novidade da esperança, não mais observando o sábado, mas vivendo segundo o *dia do Senhor*, no qual para nós ressurgiu a vida por Ele e pela sua morte» (*Ad Magn* 9, 1-2).

Esta denominação, precisamente porque cristã, permanecerá entretanto, por muito tempo, interna ao cristianismo. Assim Justino, escrevendo ao imperador, falará do domingo como o «dia do sol», segundo o uso pagão (*Apol* I, 67). O próprio Tertuliano, que claramente fala do «dies dominicus» (dia do Senhor) nos seus escritos dirigidos aos cristãos (*De corona* 3.11; *De idol.* 14), fala do «dies solis» quando se dirige aos pagãos (*Ad nat.* 1, 32; *Apol.* 16). Tal dualidade coexistirá ainda até final do século IV, a tal ponto que o «dia do sol» aparece mesmo nos decretos de Constantino, destinados a favorecer a observância do «dia do Senhor».

A partir do século V, o «dia do Senhor» haveria de suplantar o «dia do sol» na nomenclatura legal dos dias da semana, passando depois o termo às línguas de raiz latina (dimanche, domenica, domingo),

enquanto as línguas germânicas conservariam a designação solar (sonntag, sunday).

Mas que significa «dia do Senhor»?

É importante observar que a palavra «Senhor», sendo um nome divino, não designa aqui a Deus criador mas a Cristo ressuscitado e glorioso. O domingo é essencialmente o dia do *Kýrios*, o dia da sua vitória e da sua manifestação na assembleia dos crentes.

«Dia do Senhor» não significa simplesmente um dia «dedicado» ao Senhor. Enquanto celebração do mistério pascal de Cristo, ele refere-se e engloba, na celebração eucarística, o sentido implícito na expressão bíblica «dia do Senhor».

1. O «dia do Senhor» na Bíblia

A história da salvação, como a Bíblia no-la apresenta, é a caminhada de um povo que Deus acompanha e visita, em tempos, dias, horas e momentos privilegiados: o Senhor veio, o Senhor vem sem cessar, o Senhor há-de vir para julgar e salvar. Para designar estas intervenções de Deus na história dos homens, a Bíblia emprega muitas vezes a expressão «dia do Senhor»⁸.

No Novo Testamento, o «dia do Senhor» adquire uma nova dimensão. Trata-se sempre do dia da visita, do julgamento, do dia de Deus; mas também do dia do Senhor Jesus (1 Cor 1, 8), de Cristo (Fil 1, 6.10), do Filho do homem (Lc 17, 24 s). Encontram-se ainda as palavras *apocalipse*, *epifania*, *parusia*; este último termo significa normalmente *presença* e *vinda* (2 Cor 7, 6 s).

Realizada de certo modo nos «dias» do Senhor Jesus, a expressão continua ainda a sustentar a esperança dos cristãos que aguardam o seu retorno. Os cristãos são «filhos do Dia» (1 Tes 5, 5) e «da luz» (Ef 5, 8), porque ressuscitados com Cristo pelo Baptismo.

Não podemos esquecer o sentido da Páscoa, Ascensão e Pentecostes: Cristo entrou já na sua glória, donde esperamos a sua vinda, mas, de uma certa maneira, o seu dia já nos é presente desde agora. A salvação está adquirida (Ef 2, 5 s), e a nossa vida está escondida em Deus (Col 3, 3 s). O Pentecostes realizou a profecia de Joel: o Dia do Senhor inaugurou os últimos dias (Act 2, 17). Para S. João, o acto de fé em Jesus torna actual o dia do julgamento (Jo 5, 24; 6, 47); e a

⁸ Cf. X. LÉON-DUFOUR, *Jour du Seigneur*, in VTB 1971², col. 618-625.

Igreja enfim é o lugar da presença de Cristo, quando se mantém no mandamento do amor (Jo 13, 35).

Mas o dia do Senhor actualiza-se também no culto. A expressão bíblica recobre, de facto, uma dupla acepção: um acontecimento histórico, dia da visita e do triunfo de Deus sobre os seus inimigos; e dia consagrado especialmente ao culto do Senhor. Estas duas significações têm entretanto uma estreita relação: o culto comemora, anuncia e de certo modo antecipa a intervenção de Deus na história.

2. O «dia do Senhor» na Liturgia

Não admira, pois, que os cristãos reconhecessem no «primeiro dia da semana» a realização cultural do Dia do Senhor e viessem a dar-lhe o nome de «dia senhorial» (Apoc 1, 10). No domingo, de facto, os cristãos reúnem-se para festejar o Senhor e celebrar o memorial da sua Páscoa. O domingo comemora a vitória do Senhor no grande dia da Ressurreição, mas, enquanto dia da celebração eucarística, ele manifesta e anuncia também a vinda do Senhor, a sua parusia.

Se foi escolhido o primeiro dia da semana como dia da assembleia, não foi em vista a suplantar o sábado, mas para comemorar um acontecimento histórico. É o «dia do Senhor» porque é o dia da manifestação salvífica, do mistério do Senhor, cumprido na sua morte-ressurreição. É o dia em que o Senhor vem a revelar-se, a visitar, a julgar, a salvar: e tudo isto acontece na Eucaristia e pela Eucaristia. É esta, de facto, que faz do «primeiro dia da semana» o «dia do Senhor».

Isto quer dizer que o domingo não é só um dia qualificado por um sentido genericamente religioso ou que se possa salvar o seu valor por meio de qualquer acção de culto, fazendo dele, por exemplo, um dia de oração seja ela qual for. O domingo é celebração do mistério pascal de Cristo e como tal deve ser compreendido e valorizado (cf. SC 106). Na celebração eucarística, o domingo encerra a imagem e a realidade da paixão-ressurreição-parusia do Senhor, como ponto de partida e de chegada da nossa vida em Cristo, ao longo de cada sete dias, para que toda ela seja um culto permanente «em espírito e verdade».

O domingo é carregado de significados complexos que podemos resumir nos seguintes:

— no primeiro dia da semana, dia da criação, o Senhor cria a realidade última: a ressurreição de Jesus inaugura a nova criação universal;

— o domingo é o memorial da Páscoa de Cristo: pela morte à ressurreição;

— o domingo é o dia em que a comunidade cristã celebra a presença permanente, inalienável, do Senhor entre os seus, e O reconhece no gesto da fracção;

— o domingo antecipa também aquele outro «Dia do Senhor» — a parusia, já iniciada na ressurreição de Jesus.

Conclusão

Estes breves acenos à história e à teologia do domingo apontam para o facto primordial do «Dia do Senhor» que o domingo representa: o perpetuar-se da Páscoa no início de cada semana. Isto quer dizer que a luz verdadeira que ilumina o tempo e as obras dos cristãos, semana a semana, é a luz da Páscoa, mistério renovador da vida humana.

Não admira, pois, que o domingo seja essencialmente dia de culto, o dia litúrgico por excelência, dos cristãos. O seu carácter festivo não nasce do facto de ele ser acompanhado do repouso, mas precisamente do facto de ser o dia da assembleia eucarística que celebra a Páscoa do Senhor.

A presença na Missa e a participação no Sacrifício devem ser inculcados como exigências da renovação da Páscoa. E assim como a Páscoa cristã é sempre actualização da Nova Aliança, requiere-se também a escuta da Palavra de Deus. A Aliança comporta, de facto, a aceitação da eleição com que Deus nos chama a ser o seu povo régio e sacerdotal, e o empenho em seguir a lei da Nova Aliança, a revelação de Deus em Jesus Cristo.

Se a celebração do domingo é caracterizada não só pelo acontecimento da ressurreição de Cristo como também pelo seu «aparecer», ou «fazer-se presente» no meio dos discípulos, isto significa que é a celebração eucarística que revela e dá à Igreja a presença de Cristo no mistério da sua morte-ressurreição. Noutras palavras: é mais a Eucaristia a fazer de um dia o «dia do Senhor» do que o «primeiro dia da semana» a exigir a Eucaristia⁹. Não é o dia particular que santifica a reunião cristã, é a reunião cristã que santifica esse dia.

Sem uma clara visão das prioridades, sem nos refazermos ao modelo clássico do domingo como foi configurado originariamente, e sem saber-

⁹ Cf. S. MARSILI, *o. cit.*, pp. 120-126.

mos como evoluiu até aos nossos dias, não nos parece possível realizar uma verdadeira pastoral do «dia do Senhor».

«Não parece excessiva simplificação, diz P. Visentin¹⁰, reduzir a história do domingo à dialética entre dois polos: o polo pascal, alegre e festivo, sacramental-eucarístico e eclesial, e o polo legalístico de um «tempo sagrado» reservado ao Senhor no repouso, para cumprir um dever de culto, como é inerente mais ou menos a toda a religião natural. Infelizmente a história resume-se a estas duas concepções fundamentais que inspiram uma práxis diversa consoante se vê e se procura viver o domingo».

L. RIBEIRO

BIBLIOGRAFIA SOBRE O DOMINGO

HISTÓRIA E VALORES DO DOMINGO:

- H. DUMAINE, *Dimanche: DACL*, T. IV, P. I (Paris 1920) col. 858-994.
J. GAILLARD, *Dimanche: Dictionaire de Spiritualité*, T. III (Paris 1957), col. 947-982; retomado, actualizado e sintetizado em LMD 83 (1965) 7-32.
W. RORDORF, *Der Sonntag, gestern, heute und morgen*, Würzburg 1958; reassumido, no que respeita às conclusões, em AA. VV., *Le dimanche: (=Lex Orandi 39)*, Paris 1965, pp. 91-111.
C. MOSNA, *Storia della domenica dalle origini fino agli inizi del V secolo*, Roma 1969.

O DOMINGO, DIA DA REUNIÃO EUCARÍSTICA:

(conceito eclesial originário)

- O. CULLMANN, *La fé y el culto en la Iglesia primitiva*, ed. Studium, Madrid 1971.
W. RORDORF, *Sabbat et dimanche dans l'Eglise ancienne (=Traditio Christiana 2)*, Neuchâtel 1972.
P. GRELOT, *Du sabbat juif au dimanche chrétien. II — Le dimanche chrétien*, in LMD 124 (1975) 14-54.
A. GONZALEZ GALINDO, *Día del Señor y celebración del misterio eucarístico. Investigación histórico-teológica de la Misa dominical y su obligatoriedad desde los orígenes del cristianismo a Cesáreo de Arles*, Editorial Eset, Vitoria 1974.
X. LÉON-DUFOUR, *Jour du Seigneur*, in VTB, 1971², col. 618-625.
H. CHIRAT, *L'Assemblée chrétienne à l'âge apostolique (=Lex Orandi 10)*, Paris 1949, pp. 197-204.
H. VOLK, *Teologia del giorno festivo*, Ed. Paoline 1958.
AA. VV., *Le Dimanche (=Lex Orandi 39)*, Paris 1965.

¹⁰ P. VISENTIN, *art. cit.*, p. 19.

- J. A. JUNGSMANN, *La Liturgie des premiers siècles* (=Lex Orandi 33), Paris 1962.
 T. MAERTENS, *L'assemblea cristiana. Dalla teologia biblica alla pastorale del XX secolo*, LDC-Leumann-Torino 1965.
 P. JOUNEL, *O domingo e a semana*, em A Igreja em Oração, Singeverga 1965, pp. 775-793.
 F. N. APENDINO, *Santificazione della festa. Discussione dei teologi e pastoralisti negli ultimi cinque anni*, in AA. VV., *La Chiesa per il mondo*, vol. II, Ed. Dehoniane, Bologna 1974, pp. 559-600.
 S. MARSILI, *Ambiguità del «precetto» domenicale*, in RivLit 62 (1975) 544-551.
 R. GANTOY e M. VEYS, *Réflexions à propos de la pratique dominicale*, in «Paroisse et Liturgie» 55/3 (1973) 195-206.
 L. MOUGEOT, *Recherches actuelles sur le dimanche*, in LMD 124 (1975) 55-72.
 F. N. APENDINO, *Studi recenti sulla domenica*, in RivLit 1 (1977) 71-97.
 CONF. EPISC. PORTUGUESA, *Instrução pastoral sobre o domingo e sua celebração*, 9-6-78.

NÚMEROS DE REVISTAS:

LMD 83 (1965) 7-147: *Le Dimanche*:

- J. GAILLARD, *Où en est la théologie du dimanche?* pp. 7-32.
 A. MARTEL, (Madagascar), *Les assemblées dominicales sans prêtre*, pp. 33-38.
 G. FRANSEN, *L'obligation à la messe dominicale en Occident*, ...

LMD 124 (1975): «Recherches actuelles sur le dimanche»:

- L. MOUGEOT, *Recherches actuelles sur le dimanche*, pp. 55-72.
 P. DE CLERK, *Différents aspects de l'institution dominicale*, 73-79.
 J. POTEL, *Analyse et théorie sociologique de la pratique dominicale*, 80-84.
 J. GELINEAU, *Eglise — Assemblées — Dimanche. Réflexions et perspectives pastorales*, in LMD 124 (1975) 85-109. Ver ainda o seu livro *Demain la Liturgie*, Cerf 1976, pp. 39-79.

RIVLIT 1 (1977): *La domenica: giorno del Signore e della Chiesa*.

- DE SANDRE, *Il giorno del Signore come fatto sociale di contraddizione*, pp. 7-17.
 P. VISENTIN, *Domenica: dalla celebrazione pasquale a osservanza legale*, 18-38.
 D. MOSSO — G. SOBRERO — E. COSTA, *La Messa della domenica*, 39-50.
 A. DONGHI, *Domenica e Anno liturgico*, 51-65.
 A. BERGAMINI, *Le «giornate»...*, 66-70.
 F. N. APENDINO, *Studi recenti sulla domenica*, 71-97.

CÂNTICOS

para celebrações de defuntos

Cântico da entrada

M. Luís

Refrão *Lento*

Salmo responsorial

M. Luís

Refrão



A sal-va-ção do jus-to vem do Se-
nhor. A sal-va-ção do jus-to vem do Se-nhor.

Salmo 102



O Senhor é clemente e com-pas-sivo,
paciente e cheio de bon-dade.
Não nos tratou segundo os nos-sos pe-cados,
nem nos castigou segundo as nos-sas culpas.

Como um pai se compadece *de* seus filhos,
assim o Senhor Se compadece dos *que* O temem.
Ele sabe de que *somos* formados,
e não Se esquece de que *somos* pó. *Refr.*

Os dias do homem são *como* feno;
ele desabrocha como a *flor* do campo.
Mal sopra o vento, *desaparece*,
e não mais se conhece o *seu* lugar. *Refr.*

Mas a bondade do Senhor permanece *eternamente*
sobre aqueles *que* O temem;
e a sua justiça, sobre os *filhos* dos seus filhos,
sobre os que guardam a sua aliança/
e se lembram de cumprir os *seus* preceitos. *Refr.*

Antífona e Salmo

(para a comunhão)

M. Luís

Refrão

Eu sou a Res-sur-rei-ção e a Vi-da
Quem a-cre-di-ta em Mim vi-ve-rá e-ter-na-men-te.

Salmo 26

O Senhor ó minha luz e sal-va-ção; a quem hei-de te-mer?
O Senhor é protector da mi-nha vida: de quem hei-de ter medo

Refr.

Quando os malvados *me* assaltaram
para devorar a *minha* carne,
foram eles, meus inimigos e *adversários*,
que vacilaram e caíram. *Ref.*

Se um exército *me vier* cercar,
o meu coração *não* temerá.
Se contra mim travarem batalha,
mesmo assim *terei* confiança. *Ref.*

Uma coisa peço ao Senhor, por *ela* anseio:
habitar na casa do Senhor todos os dias na *minha* vida,
para gozar da suavidade *do* Senhor.
e visitar o *seu* santuário. *Ref.*

Hino

Coro

1. Nós Te ro-ga-mos, Se-nhor, Pe-los ir-mãos que mor-
re-ram E à pro-cu-ra do teu ros-to à tu-
a por-ta ba-te-ram. À tu- a por-ta ba-te-ram.

Refrão

Os nos-sos ro-gos a- cei- te, O
teu co-ra-ção pa-ter- no: No esplendor da luz per-pé- tua
Dá-lhes o des-can-so e-ter-no. No esplendor da luz per-pé- tua
Dá- lhes o des- can- so e-ter- no,

Nós Te rogamos, Senhor,
Pelos irmãos que morreram
E à procura do teu rosto
À tua porta bateram.

Recebe-os junto de Ti
Por tua grande bondade,
Teu amor os transfigure
Em divina claridade.

Pelo sangue que na Cruz
Por todos foi derramado,
Perdoa suas ofensas,
Purifica-os do pecado.

Lembra-Te, Pai, que era frágil
O barro de que os fizeste!
Compadecido, recebe-os
Na tua glória celeste.

Paulo VI e a Liturgia

O falecimento do Papa Paulo VI no passado dia 6 de Agosto, para além do facto em si mesmo e das circunstâncias inesperadas em que ocorreu, não pode deixar de nos sugerir uma reflexão sobre a sua vida e neste Boletim, de modo particular, sobre a acção litúrgica do seu pontificado.

Efectivamente, na história da Igreja Paulo VI está para a renovação do Vaticano II como Pio V para a reforma tridentina. Ambos foram executores de profundas renovações na vida da Igreja em geral e da Liturgia em particular — renovações essas que num caso duraram quatro séculos e marcaram decisivamente o rumo espiritual da comunidade. É cedo ainda para calcular a duração e a intensidade da renovação conciliar do Vaticano II.

Mesmo sem pretendemos fazer uma lista completa das numerosas intervenções oficiais de Paulo VI no campo litúrgico, apontaremos aquelas que se nos afiguram mais importantes e constituem a concretização sistemática dos princípios orientadores da Constituição conciliar sobre a Sagrada Liturgia.

* * *

Pela carta apostólica *Ad pascendum*, de 15 de Agosto de 1972, estabeleceu algumas normas concernentes à ordem do diaconado.

Pela constituição apostólica *Constans nobis studium*, de 11 de Julho de 1975, ficaram fundidas numa só as duas Congregações da Disciplina dos Sacramentos e do Culto Divino, com o nome de Congregação dos Sacramentos e do Culto Divino.

Pela constituição apostólica *Divinae consortium naturae*, de 15 de Agosto de 1971, promulga o novo Ritual da Confirmação, que substitui o *Ordo* precedente no Pontifical e no Ritual Romano.

Pela constituição apostólica *Laudis canticum*, de 1 de Novembro de 1970, é promulgado o novo Offício Divino.

Pela exortação apostólica *Marialis cultus*, de 2 de Fevereiro de 1974, Paulo VI trata, na primeira parte, do culto de Nossa Senhora na Liturgia; na segunda, do culto extra-litúrgico; e, na terceira, considera os piedosos exercícios do «Angelus» e do rosário.

Pela carta apostólica *Ministeria quaedam*, de 15 de Agosto de 1972, as antigas «ordens menores» deram lugar à instituição dos ministérios que, segundo as necessidades de cada país, podem ser conferidos aos leigos.

Pela constituição apostólica *Mirificus eventus*, de 7 de Dezembro de 1965, anunciou e promulgou um jubileu extraordinário para o ano de 1966, a fim de coroar os trabalhos do Concílio Vaticano II.

Pela constituição apostólica *Missale Romanum*, de 3 de Abril de 1969, promulgou o Missal Romano, renovado de acordo com o Vaticano II.

Pela carta apostólica *Mysterii paschalis*, de 14 de Fevereiro de 1969, foram aprovadas as normas gerais do Ano Litúrgico e o novo Calendário Romano Geral.

Na encíclica *Mysterium fidei*, de 3 de Setembro de 1965, tratou da doutrina e do culto eucarístico, desenvolvendo muitos aspectos que se referem à Liturgia e à Constituição conciliar sobre a Liturgia.

Na carta apostólica *Peculiare jus*, de 8 de Fevereiro de 1966, trata do uso do altar pontifício nas basílicas patriarcais de Roma.

Pela carta apostólica *Pontificalia insignia*, de 21 de Junho de 1968, revê a legislação sobre o uso das insígnias pontificais (mitra, báculo, anel, etc.) para que tal uso corresponda à verdade do sinal. Por isso, estas insígnias ficam reservadas às pessoas que têm carácter episcopal ou jurisdição.

Pela constituição apostólica *Pontificalis Romani*, de 18 de Junho de 1968, são aprovados os novos ritos da ordenação do diácono, do presbítero e do bispo, eliminando-se ou alterando-se os elementos que reflectiam conceitos ultrapassados.

Pela constituição apostólica *Sacra Rituum Congregatio*, de 8 de Maio de 1969, a Sagrada Congregação dos Ritos dividiu-se em duas Congregações, uma do Culto Divino e outra das Causas dos Santos.

Pela constituição apostólica *Sacram unctionem infirmorum*, de 30 de Novembro de 1972, promulgou o novo Ritual da Unção e Pastoral dos Doentes, estabelecendo nova fórmula sacramental, permitindo a repetição do sacramento, em caso de agravamento da doença, autorizando o uso de óleo vegetal e reduzindo o número das unções.

Na carta pontifícia *Sacrificium laudis*, de 15 de Agosto de 1966, dirigida aos superiores gerais das ordens religiosas clericais com obrigação de côro, recorda as normas litúrgicas decorrentes do concílio e respeitantes ao Offício coral.

Pelo «motu proprio» *Summi Dei beneficio*, de 3 de Maio de 1966, prorroga o jubileu extraordinário até ao dia 8 de Dezembro de 1966.

★

Se destes documentos mais oficiais quisermos passar a outros, serão ainda de citar as cartas aos Cardeais Tiago Lercaro, Beno Gut e Artur Tabera, e à Congregação beneditina de Solesmes por ocasião do 1.º centenário de D. Guéranger.

Devem referir-se finalmente as várias alocuções sobre a renovação da Liturgia e a sua importância na vida da Igreja, sobre a Eucaristia e a Missa, sobre os outros Sacramentos, sobre a Igreja comunidade orante — sociedade, reunião e cenáculo — sentido comunitário, etc.), sobre a liturgia, oração e contemplação, e ainda sobre a música e o canto litúrgico.

Não deixa de ser significativo que Paulo VI se tenha referido, nestes últimos meses de vida, nas suas alocuções, à celebração da Liturgia na fé e na alegria, ao sacramento da reconciliação, ao domingo como festa semanal da Páscoa do Senhor, à Quaresma como orientação da vida cristã para a Páscoa e como tempo privilegiado do Ano Litúrgico, à celebração da Páscoa como nova experiência da fé na presença de Cristo ressuscitado, e ao sentido das grandes festas litúrgicas do Pentecostes e do Corpo de Deus.

Podemos dizer, em resumo, que com Paulo VI o movimento litúrgico passou à história e tornou-se parte integrante da acção pastoral da Igreja que quer os fiéis a participarem e a viverem plenamente o mistério de Cristo celebrado na Liturgia.

A. RAMOS

CELEBRAÇÃO DOMINICAL EM ANGOLA

Quando estive como missionário em Angola, na diocese do Luso, a Igreja angolana vivia também a era da renovação, não somente nos seus aspectos exteriores, mas também a renovação interior, a qual se manifestava sobretudo na catequese e na liturgia. Na catequese, onde o catecumenato estava a ter um lugar cada vez mais importante, tinha-se em consideração toda uma concepção de vida bastante diferente da europeia. Na liturgia utilizavam-se cada vez mais os dialectos ou línguas nativas, ao mesmo tempo que se tentava «africanizar» os sinais litúrgicos. Ao falar do domingo, estes dados gerais devem ser tido em consideração; aliás, sempre que for oportuno, eles serão postos em destaque.

1. O domingo era um dia de festa para os cristãos; festa que se poderia sintetizar assim: ir à Missa, não trabalhar, estar com a família e os amigos. Se o trabalho ou a convivência familiar e social eram fáceis de cumprir, já o ir à Missa se tornava difícil para muitos, por causa das distâncias a que se encontravam da igreja as aldeias. Se, na missão do Luso, a distância maior era de cerca de 12 quilómetros, havia missões que tinham aldeias a mais de 50 ou 100 quilómetros. E se os padres se esforçavam por ir, ao menos uma vez por mês, a essas aldeias, nenhum missionário pode esquecer o exemplo de tantos cristãos que, vivendo assim tão longe, se apresentavam todos os domingos na igreja da missão. E vinham a pé e, alguns mais afortunados, de bicicleta. Por isso alguns vinham na véspera, ficando hospedados em casas de familiares ou amigos, mais perto da missão.

2. Havia dois domingos mais festivos: o de Ramos e a Páscoa. Nesses domingos havia apenas uma Missa ao ar livre ou campal. Os cânticos eram todos acompanhados pelos batuques, o que contribuía para uma alegre e ao mesmo tempo séria e profunda participação na liturgia. A procissão dos Ramos era uma verdadeira caminhada de

alegria a aclamar o Senhor; o som dos batuques, todo o povo a cantar a várias vozes, como só os africanos sabem fazer, e os ramos levantados no ar, é qualquer coisa que se torna impossível esquecer.

As Missas campais eram participadas por cerca de 3 000 cristãos. Cantava-se uma Missa em umbundo que o P. Amaro Tchipala, beneditino, tinha composto. O acompanhamento dos batuques e a alegria dos participantes eram verdadeiramente extraordinários. Por isso, depois da primeira Páscoa que passei na missão, perguntei ao catequista responsável por que motivo não usavam mais vezes os batuques ao menos pelas festas. Respondeu-me: «Temos que andar devagar. Ainda há pouco tempo um Sr. Padre mandou queimar os batuques, dizendo que serviam para as obras do demónio. Como se pode dizer às pessoas, assim de repente, que não era verdade? Perdiam o respeito pela Igreja».

O mais curioso é que, sendo o povo africano tão propenso a dançar ao som desses instrumentos, durante as Missas em que eram usados não se via ninguém a dar o mais pequeno sinal de dança. A explicação era, afinal, simples, tal como me foi dada por eles: «O ritmo não é de dança; por isso só bons tocadores é que o podem fazer». O meu ouvido musical é que não conseguia apreender a diversidade de ritmo dos batuques. E para que a música fosse o mais séria possível, é que tinham escolhido os melhores artistas.

3. A Missa dominical dos adultos, havia outra para os jovens e as crianças, era trilingue: português, kioko e umbundo. A região era de língua kioka, mas havia também muitos umbundos vindos do centro de Angola com o caminho de ferro. Estes eram quase todos cristãos, por isso a missiões dirigia-se quase em exclusivo aos kiokos.

Por este motivo, para facilitar a participação na Missa utilizavam-se as três línguas: o português, no que dizia respeito ao sacerdote; as outras línguas, no cânticos e nas leituras. A homília era feita em português pelo sacerdote, e, em seguida, traduzida numa das línguas pelo catequista. Em muitas outras missões, sobretudo naquelas que tinham um só povo, portanto uma só língua, já se estava a celebrar totalmente na língua desse povo. Naturalmente que era o melhor processo, embora se pusesse o problema do uso do português como língua «nacional». Simplesmente, havia diferença entre os adultos, pouco ou nada alfabetizados e com conhecimentos escassos do português, e as crianças e jovens já mais atingidos pela alfabetização. Problema este que continua e continuará a existir durante muito tempo ainda, e que terá soluções diferentes conforme se trate das cidades e vilas ou dos meios rurais.

4. Nas aldeias que ficavam longe da missão, os cristãos reuniam-se na capela da aldeia, para uma liturgia da palavra. Essa reunião consistia num tempo de oração, na leitura de um passo da Bíblia e sua explicação pelo catequista, e em cânticos. Havia também um tempo para a catequese propriamente dita, para cristãos e catecúmenos, jovens e adultos. Não havia comunhão, porque a ideia de diaconado permanente e as próprias condições sociais eram desfavoráveis; ainda se estava muito verde.

5. Depois da Missa havia uma reunião com os catequistas. Catequista era aquele cristão que estava à frente de uma comunidade para ajudar a crescer na fé ou preparar os catecúmenos para o baptismo.

Nesta reunião de domingo eram apresentados os problemas de cada uma das comunidades, ou outras questões gerais. Os catequistas constituíam como que o conselho da missão. E porque eram do povo, viviam como ele e com ele, as suas opiniões eram valiosíssimas. A título de exemplo, posso apontar o caso da comunhão na mão. Tinha a Conferência episcopal acabado de autorizar dar a comunhão na mão. Propus aos catequistas começar a fazer isso na missão, depois de lhes ter falado sobre o que significava esse gesto. Ora, oito dias depois, na reunião seguinte, a resposta foi negativa. Motivo principal: o medo de que a hóstia consagrada fosse utilizada como feitiço. Alguns poderiam escondê-la em vez de comungarem. Aliás, já se tinham detectado alguns factos deste género, apesar da hóstia ser deposta directamente na língua.

Outro facto: quando se quis introduzir um catecumenato mais organizado, os catequistas foram também consultados. Primeiro fez-se com eles uma análise do catecumenato, nas suas exigências e nas várias etapas de catequese e nos actos litúrgicos que acompanhariam essas etapas. A aceitação foi unânime, mas devia proceder-se com prudência, visto que muitos catecúmenos estavam a ser preparados para o baptismo segundo outro esquema; por isso só lentamente se poderia começar com o novo método. Estávamos a começar a pô-lo em execução quando sobreveio a guerra civil.

6. Mas o domingo era também dia de descanso e de mais contacto com a família e os amigos. Não se trabalhava; este era um princípio bem assente e melhor cumprido. Quem passasse pelas aldeias neste dia, encontrava pessoas sentadas à sombra das árvores, ou à porta das casas, em amena cavaqueira. O preceito de se abster de trabalhar aos domingos era, talvez, dos mais bem cumpridos. Há quem diga que isso não seria

difícil para os africanos, os quais também trabalhavam pouco durante a semana. Segundo a minha opinião, os africanos não trabalhavam nem mais nem menos que os europeus; tinham simplesmente uma concepção diferente da vida; e o trabalho fazia parte dessa concepção. Nós, europeus, podemos ensinar muita coisa aos africanos; mas eles podem ensinar-nos a viver, a encontrar a «qualidade de vida» de que tanto falamos e não sabemos como encontrá-la no frenesim social, laboral, familiar da vida quotidiana.

Contava-se, a este propósito, a reacção de um bispo europeu, há longo tempo missionário em África: «Quando cheguei a África pela primeira vez, tive vontade de escrever um livro sobre a vida e os costumes dos africanos. Cinco anos depois, ainda era capaz de escrever um artigo; dez anos depois, contemplo e aprendo».

E como não se trabalhava, estava-se mais em contacto com os familiares e amigos; por isso os homens, as mulheres, as crianças, cada qual em grupos separados, conversavam, tratavam das «toilettes», ou brincavam; porque, depois de irem à Missa, viviam tranquilamente o domingo. Ou então iam visitar alguém de família que vivesse mais ou menos perto, com quem tinham algum assunto a tratar, ou simplesmente para fazer uma visita por qualquer acontecimento importante. Ou para alguma festa.

7. Domingo era um dia especial. Os cristãos o viviam como tal. E, influenciados por eles, todos os outros. Até com alguns dos vícios europeus, sobretudo entre os mais jovens: bailes, bebedeiras, rixas. A civilização europeia, com as suas virtudes e os seus defeitos, ia-se introduzindo lentamente entre os africanos, sobretudo depois que começou a guerra colonial. Havia os que sabiam fazer o encontro entre as duas concepções de vida, tirando proveito do que era bom numa para aperfeiçoarem a própria. Para isso contribuiu muito a Igreja, embora muitas vezes, ou por ignorância dos costumes e mentalidade africanas, ou por simples hábitos de uma formação eclesial europeia, se tivessem introduzido alguns comportamentos demasiado estereotipados para os africanos.

Apesar de tudo, neste aspecto, a Igreja soube fazer compreender, e fazer viver aos cristãos, o essencial do domingo: dia do Senhor, descanso do trabalho, encontro humano familiar e social.

FERNANDO CIMA

CORREIO DOS LEITORES

«Aproveito a ocasião do pagamento da assinatura do «Boletim de Pastoral Litúrgica» para o felicitar pelo trabalho realizado até hoje, e, ao mesmo tempo, fazer um apelo para que se caminhe mais e melhor. Algo se tem feito a favor da causa litúrgica, mas creio que temos possibilidades de muito mais. O Boletim é o reflexo da vida do Secretariado a que pertence: e ao Secretariado não faltarão estudos do género dos que vêm sendo publicados. Seria de interesse e de grande valorização para o Boletim o abrir-lhe desde já os caminhos ou rumos que o coloquem ao nível das boas revistas do género. Aos formados em Liturgia, e não só, não será difícil colocar o Boletim ao lado das Revistas que eles utilizam nos seus estudos, mas para tal teremos de concorrer com a nossa investigação e estudo».

● «Ao referir-me ao Boletim, posso ter dado a impressão de que só nos interessa a informação sobre os novos livros. Mas não é assim. Permanentemente voltados para a nossa solidão, sem as actividades dum trabalho pastoral a exigir-nos constante esforço de actualização, facilmente nos deixamos vencer por um certo imobilismo que prejudica a nossa maneira de estar presente na Igreja actual. Por isso reconhecemos a necessidade de elementos de formação e informação que nos ajudem a bem cumprir a nossa missão na Igreja (...). Faz-nos bem debruçar-nos sobre os grandes temas litúrgicos, seguindo a exposição tão clara e tão actual dum Padre José Ferreira, por exemplo».

● «Por tudo muito grato e fazendo votos pela continuidade desta Revista sempre aceite com tanta satisfação. Bem haja o núcleo de sacerdotes que nela colaboram e a trazem sempre actualizada».

● Se a opinião das pessoas comuns é de aceitar e respeitar, não o é menos, antes pelo contrário, o parecer dos leitores mais cultos e especializados em Liturgia, como é o caso presente.

Abrir ao nosso Boletim os caminhos duma revista especializada é um ideal mais difícil de atingir do que parece — e também pode ser uma tentação... É que o Secretariado tem como prioritários os objectivos da pastoral litúrgica. Este constitui, efectivamente, o seu campo próprio e a missão específica de que foi incumbido pelo Episcopado.

Uma revista litúrgica especializada pertence mais propriamente a uma universidade ou instituto litúrgico. Com as tarefas de que o Secretariado está presentemente encarregado, não se vê bem como poderia dedicar-se a uma revista desse género.

Segundo os estatutos provisórios que nos regem, «compete ao Secretariado Nacional de Liturgia, como função específica sua, promover, dinamizar e coordenar todas as actividades relacionadas com a pastoral litúrgica». Este simples enunciado basta, supomos, para dar uma ideia da dimensão das acções que devemos estudar e desencadear a nível nacional.

● Por vir donde vem, dum mosteiro voltado para o silêncio e a contemplação, esta apreciação do nosso Boletim, considerado favoravelmente como elemento de formação e informação, dá-nos muito ânimo e garante-nos uma presença orante de que muito carecemos e que muito agradecemos.

● O reconhecimento manifestado por este leitor aos nossos colaboradores não pode deixar de constituir um estímulo e um acto de justiça para quem tão dedicada e competentemente se tem dado ao Boletim nestes seus três anos de existência.

«É elevado — mais de 2,4 milhões — o número de fiéis que semanalmente se reúnem — em cerca de 11 700 assembleias dominicais — para a celebração festiva do mistério central da fé cristã, facto este que é de grande alcance para a vida da Igreja. Mas é, infelizmente, maior — cerca do dobro — o número dos baptizados que, por impossibilidade prática (suficiente para dispensar da obrigação canónica) ou insensibilidade ao significado e valor dessa celebração, faltam habitualmente ou muitas vezes a ela. Quanto a estes últimos, deve contudo notar-se que muitos deles não deixam de marcar presença em certas missas festivas e de defuntos, mantendo ainda outras expressões de prática religiosa e de fé cristã que são sinais de pertença à Igreja e ocasiões de contactos pastorais».

Istrução pastoral sobre o domingo e sua celebração

